

Lugar de criança é na escola

ALOIZIO MERCADANTE

Antes tarde do que nunca. Os governadores de todos os estados brasileiros, reunidos dia 20 de maio em Brasília, comprometeram-se a executar as metas do Pacto pela Infância, que garantem a melhoria de qualidade de vida das crianças, progressivamente, até o ano 2000. O Pacto pela Infância foi firmado com o objetivo de realizar no Brasil as políticas definidas pela reunião de cúpula ocorrida na ONU em 1990, da qual participaram 159 países. Entre os itens do Pacto, é clara a prioridade para o ensino fundamental, que é caracterizado no documento como o principal instrumento de construção da cidadania.

O ensino fundamental de qualidade é pré-requisito para o desenvolvimento de qualquer nação. Nenhum país pode competir na economia internacional sem que tenha a educação como principal política social. Um estudo de Maralina Lookeed e Adriaan Verspoor, apresentado em 1990 na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Bangkok, salienta que "um sistema deficiente de educação primária compromete todo o sistema de desenvolvimento do capital humano (...) e não produz uma suficiente quantidade de pais, trabalhadores e administradores verdadeiramente instruídos, que contribuam para o desenvolvimento".

As políticas educacionais adotadas até hoje no Brasil têm se caracterizado pelo imediatismo, reduzindo-se a ações limitadas, descontínuas e isoladas. Essa pulverização das propostas de reforma educacional faz com que as políticas para o setor caiam no vazio a cada mudança político-administrativa. Além disso, não existe uma divisão clara de responsabilidade entre a União, estados e municípios em torno de um projeto de educação. A Constituição tem sido sistematicamente desrespeitada no que se refere ao repasse das receitas de impostos para a educação (18% da União e 25% dos estados e municípios). Como se isso não bastasse, freqüentemente assistimos a graves distorções na aplicação dos recursos.

Uma das mais sérias consequências do descaso do Estado para com a educação é a evasão escolar. De acordo com dados do IBGE, cerca de quatro milhões de crianças de 7 a 14 anos não freqüentam a escola, e de cada cem matriculadas na 1ª série apenas 47 chegam à 4ª. O Primeiro Grau só é concluído por 20 delas. Na verdade, é um círculo vicioso, pois a evasão deve-se em grande parte às altas taxas de repetência verificadas em todas as camadas sociais. Grande parte desses poucos alunos que terminam o Primeiro Grau o faz não em oito, mas em 12 anos ou mais. Isso traduz a irracionalidade que domina a política educacional no tocante aos gastos com o ensino. Se o índice de re-

petência não fosse tão grande, o ensino fundamental seria acessível à quase totalidade das crianças entre 7 e 14 anos.

Nesse ponto entra a formação dos profissionais de ensino. É importante que se valorizem os responsáveis pela transmissão do saber; os padrões de formação precisam ser aprimorados, as distorções funcionais corrigidas e os atuais níveis de remuneração elevados progressivamente. Não adianta nada consumir recursos na construção de escolas bem equipadas, construir pirâmides de concreto e propor currículos mirabolantes se permanecerem os atuais padrões de remuneração dos professores e humilhantes condições de trabalho.

A conhecida ladainha de que o Brasil não dispõe de verbas não se justifica. É possível promover uma responsável e ampla reforma no sistema de ensino através da reforma fiscal, com especial atenção ao combate à sonegação e a obediência à Carta constitucional. O Brasil deve investir no futuro, dando à criança a oportunidade de ocupar o lugar que lhe é de direito: a escola. É preciso vontade política para preparar o Brasil para o século XXI. A sociedade do futuro é uma sociedade do saber e do conhecimento, e o país não pode perder mais tempo.

Alóizio Mercadante é deputado federal (PT-SP) e membro do Conselho Executivo do Pacto pela Infância.